



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011303-86.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Extinção do Crédito Tributário**
 Embargante: **'Banco do Brasil S/A**
 Embargado: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução, opostos pelo BANCO DO BRASIL S/A, contra o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, alegando, em síntese, nulidade da CDA e que no endereço situado na Rua Miguel Mazzei não há nenhuma agência sua, desconhecendo a propriedade do imóvel.

O Município apresentou impugnação, na qual aduz a certeza, liquidez e exigibilidade das CDAs, pois todas atendem aos requisitos do artigo 202 do CTN; desnecessidade de indicação do número do processo administrativo, vez que o imposto decorre de cadastramento feito junto à municipalidade. Alega, ainda, que o imóvel cuja propriedade é questionada, consta como arrematado pela embargante, sendo que o endereço sede do Banco, existente na matrícula, é o mesmo constante da execução fiscal, bem como do recebimento do AR.

Houve réplica.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Não há que se falar em nulidade da CDA, por ausência de indicação do processo administrativo, pois, conforme pode ser aferido da execução, trata-se de cobrança de *IPTU*, cujo lançamento é de ofício, descabendo à Administração a formação de *processo administrativo* para cada lançamento de *IPTU*. Basta, para esse caso, a emissão do carnê para o endereço correspondente do devedor.

Por outro lado, a Súm. nº 399 do STJ dispõe que “cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do *IPTU*”.

No caso de São Carlos, o art. 144 do Código Tributário Municipal prevê



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que o imposto tem como fato gerador o domínio útil, a posse ou a “propriedade” imobiliária, sendo fora de dúvida que, enquanto não registrada a escritura pública, o excipiente continua proprietário, sendo que requereu a modificação do cadastro da prefeitura somente em 2016 (fls. 56/57).

Tranquila, também, é a jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça, que já pacificou esse entendimento em julgamento submetido ao regime de recursos repetitivos (*AgRg no Ag 1326550 - PB; 1ª Turma; Ministro Luiz Fux; j. em 21/10/2010; Dje 16/11/2010*).

Pelo documento de fls. 46/47, o embargante arrematou o imóvel cuja propriedade alega desconhecer, sendo, portanto, legitimado passivo para receber a cobrança do tributo correlato.

Ante o exposto, deixo de acolher os embargos e condeno a embargante a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa.

P I

São Carlos, 10 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**